África na governança global: representação, paz e integração regional

África en la gobernanza mundial: representación, paz e integración regional

Africa in global governance: representation, peace and regional integration

Augusto Paulo Silva, Manuel Mahoche, Tomé Cá, Valery Martinez Jean e Felix Rosenberg

Resumo: Este informe analisa, em dois contextos distintos, as prioridades apresentadas pela União Africana durante a 81ª Assembleia Geral das Nações Unidas (UNGA81), em Nova Iorque, e as prioridades debatidas pela CEDEAO na sua reunião em Lagos, na Nigéria. A União Africana renovou a defesa de assentos permanentes africanos no Conselho de Segurança, com direitos equivalentes, incluindo veto enquanto este existir, e de financiamento previsível para operações de paz lideradas pela UA. Destacou também a participação plena e significativa das mulheres nos processos de paz, sobretudo na região dos Grandes Lagos, e impulsionou uma agenda de alto nível para a saúde materno-infantil, orientada pelos "Três Zeros": zero partos domiciliares, zero mortes maternas e neonatais evitáveis e zero crianças não vacinadas. O texto examina ainda o planeamento da CEDEAO para 2026–2030 e o quadro de despesas 2027–2029. Entre as prioridades figuram segurança regional, diálogo com a Aliança dos Estados do Sahel, implementação gradual do Eco, infraestruturas estratégicas, soberania alimentar, transformação digital, autonomia financeira, governação inclusiva, parcerias e reforma institucional. Em síntese, o informe sustenta que o potencial demográfico, económico, geográfico e humano de África deve ser convertido em influência política coordenada, sistemas de saúde resilientes e uma África Ocidental mais integrada, pacífica e próspera.

Palavras-chave: União Africana; Reforma Das Nações Unidas; Mulheres, Paz E Segurança; Saúde Materno-Infantil; Integração Regional.

Resumen: *Este informe analiza, en dos contextos distintos, las prioridades presentadas por la Unión Africana durante el 81.º período de sesiones de la Asamblea General de las Naciones Unidas (AGNU81), en Nueva York, y las debatidas por la CEDEAO en su reunión de Lagos, Nigeria. La Unión Africana renovó su demanda de representación africana permanente en el Consejo de Seguridad, con los mismos derechos, incluido el veto mientras este exista, y de financiación previsible para las operaciones de paz dirigidas por la UA. También destacó la participación plena y significativa de las mujeres en los procesos de paz, especialmente en la región de los Grandes Lagos, e impulsó una agenda de alto nivel de salud materno-infantil centrada en los "Tres Ceros": cero partos domiciliarios, cero muertes maternas y neonatales evitables y cero niños sin vacunar. El texto examina además la planificación de la CEDEAO para 2026–2030 y el marco de gastos 2027–2029. Sus prioridades incluyen seguridad regional, diálogo con la Alianza de Estados del Sahel, aplicación gradual del Eco, infraestructuras estratégicas, soberanía alimentaria, transformación digital, autonomía financiera, gobernanza inclusiva, alianzas y reforma institucional. En conjunto, el informe sostiene que el potencial demográfico, económico,*

geográfico y humano de África debe convertirse en influencia política coordinada, sistemas sanitarios resilientes y una África Occidental más integrada, pacífica y próspera.

Palabras clave: *Unión Africana; Reforma De Las Naciones Unidas; Mujeres, Paz Y Seguridad; Salud Materno-infantil; Integración Regional.*

Abstract: *This report examines, in two distinct contexts, the priorities advanced by the African Union during the 81st United Nations General Assembly (UNGA81) in New York and those discussed by ECOWAS at its meeting in Lagos, Nigeria. The African Union renewed its demand for permanent African representation on the UN Security Council, with equal rights, including veto power while it remains in force, and called for predictable financing for AU-led peace operations. It also emphasized women's full and meaningful participation in peace processes, particularly in the Great Lakes region, and advanced a high-level maternal and child health agenda focused on the "Three Zeros": zero home births, zero preventable maternal and neonatal deaths, and zero unvaccinated children. The report further examines ECOWAS planning for 2026–2030 and the 2027–2029 expenditure framework. Priorities include regional security, dialogue with the Alliance of Sahel States, gradual implementation of the Eco, strategic infrastructure, food sovereignty, digital transformation, financial autonomy, inclusive governance, stronger partnerships, and institutional reform. Overall, the document argues that Africa's demographic, economic, geographic, and human potential must be converted into coordinated political influence, resilient health systems, and a more integrated, peaceful, and prosperous West African community.*

Keywords: *African Union; United Nations Reform; Women, Peace and Security; Maternal And Child Health; Regional Integration.*

Participação da União Africana na UNGA81

Conselho de Segurança

A longa campanha de África pela representação permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas está novamente em foco na 81ª Assembleia Geral da ONU, com os líderes a renovarem os apelos à reforma de um órgão cujos cinco membros permanentes permaneceram inalterados desde 1945.

A posição da União Africana (UA) na 81ª Assembleia-Geral das Nações Unidas (UNGA81) centrou-se em três eixos principais: reforma do Conselho de Segurança com assentos permanentes para África (com direito de veto, conforme o Consenso de Ezulwini), financiamento previsível das operações de paz lideradas pela UA e participação substantiva das mulheres nos processos de paz e segurança, além de prioridades em saúde materno-infantil e governação global.

O Secretário-Geral da ONU, Antônio Guterres, aproveitou o seu discurso final para renovar o seu apelo à reforma do Conselho de Segurança, dizendo que este deve tornar-se mais representativo e refletir melhor as realidades geopolíticas atuais.

Sob calorosos aplausos, o Secretário-Geral da ONU, António Guterres, insistiu que a África deve ter pelo menos um assento no Conselho de Segurança. "Um Conselho de Segurança do século 21 sem assentos permanentes para a África é injusto e indefensável", disse ele aos líderes, acrescentando: "Isso precisa mudar".

O Vice-Presidente da Nigéria, Kashim Shettima, ao fazer a declaração nacional do Presidente Bola Tinubu, apelou a pelo menos dois assentos permanentes para África, com poderes de veto enquanto o veto existir, bem como cinco assentos não permanentes para o continente.

O Presidente do Gana, John Mahama, fez um apelo semelhante: "A reforma do Conselho de Segurança não é um favor para África; é um imperativo para a legitimidade, credibilidade e sobrevivência das Nações Unidas".

Os apelos renovados destacam a escala da procura de África. Mas traduzi-los num acordo que mude a estrutura do Conselho continua a ser uma tarefa muito mais difícil.

Um processo de reforma que estagnou. O Conselho de Segurança tem 15 membros: cinco membros permanentes, China, França, Rússia, Reino Unido e Estados Unidos, e 10 membros eleitos pela Assembleia Geral para mandatos de dois anos. Os cinco membros permanentes têm poder de veto, permitindo que qualquer um deles bloqueie uma resolução substantiva do Conselho. Nenhum país africano tem assento permanente. No entanto, África continua a ser central para grande parte do trabalho do Conselho. Em 2025, o Conselho adotou 44 resoluções, incluindo 24 ao abrigo do Capítulo VII da Carta das Nações Unidas, que abrange medidas como sanções e autorizações para o uso da força. Dezoito dessas 24 resoluções do Capítulo VII diziam respeito a África.

Para o professor Ibrahim Gambari, antigo Ministro dos Negócios Estrangeiros nigeriano e antigo Representante Permanente nigeriano na ONU, a questão não é simplesmente geográfica.

"O *status quo* não está realmente interessado em mudanças", disse ele à Al Jazeera. "Na nomeação do Secretário-Geral, não se pode ser candidato a menos que cada um dos cinco membros permanentes concorde. Portanto, temos o privilégio do P5 não eleito, do qual eles não querem abrir mão."

Gambari disse que a ausência de África era difícil de justificar, dada a dimensão do continente e a quantidade de negócios do Conselho de Segurança que o envolvem.

"No caso de África, temos todo um continente que tem o maior bloco único, mas não tem assento permanente no Conselho de Segurança", disse ele.

Recorde-se, a Assembleia Geral lançou o processo de negociações intergovernamentais sobre a reforma do Conselho de Segurança em 2008. As conversações abrangem a dimensão do Conselho, as categorias de membros, a representação regional e o veto, e continuaram através de sucessivas sessões da Assembleia Geral sem acordo sobre as questões centrais.

A alteração dos membros permanentes do Conselho também exigiria uma alteração à Carta das Nações Unidas. Nos termos do artigo 108º, isso exige a aprovação de dois terços da Assembleia Geral e a ratificação de dois terços dos membros da ONU, incluindo todos os cinco membros permanentes.

Isto dá aos membros permanentes existentes um papel formal em qualquer mudança no sistema que lhes conceda membros permanentes e poder de veto.

Nigéria quer um assento permanente

Quais países africanos acabariam por ocupar quaisquer novos assentos permanentes é outra questão não resolvida. A Nigéria tem-se apresentado consistentemente como um país preparado para assumir tal papel. Na Assembleia Geral deste ano, o país renovou o seu apelo a pelo menos dois assentos africanos permanentes com todos os direitos e responsabilidades de membro permanente, incluindo o veto enquanto existir. Fola Aina, cientista político e especialista em segurança internacional da Escola de Estudos Orientais e Africanos (SOAS), de Londres, disse à Al Jazeera que a questão também tinha um significado particular para a Nigéria. "Assegurar esta posição elevaria essencialmente a influência diplomática global da Nigéria, daria a África uma voz contínua nas decisões de segurança internacional e concederia à Nigéria o poder para consolidar a sua posição como hegemonia regional e potência média", disse ele. "O momento do avanço da Nigéria é particularmente estratégico, dada a atual era de competição estratégica."

A Nigéria não está sozinha na procura de um papel permanente. O Egipto e a África do Sul também procuraram a representação permanente, enquanto outros estados africanos manifestaram interesse.

A União Africana, no entanto, não selecionou países específicos para ocupar os assentos propostos. A sua posição comum apela a pelo menos dois assentos africanos permanentes e cinco assentos não permanentes num Conselho alargado, com a UA a determinar quais os países que deverão representar o continente.

A questão do veto

Mesmo que se chegasse a acordo sobre quem deveria representar África, permaneceria outro obstáculo: o veto.

O Consenso de Ezulwini da União Africana apela a que quaisquer membros africanos permanentes tenham os mesmos direitos e privilégios que os membros permanentes existentes, incluindo o poder de veto enquanto o veto continuar a fazer parte do sistema do Conselho.

Os governos africanos argumentaram, portanto, que a adição de assentos permanentes sem poderes equivalentes não resolveria totalmente o desequilíbrio que procuram corrigir.

Isso deixa duas questões distintas: se o Conselho deveria expandir-se e que poderes receberiam quaisquer novos membros permanentes.

Uma questão de influência

Gambari argumenta que a ausência de África também afeta o trabalho diário do Conselho.

"Todas estas missões de manutenção da paz em África baseiam-se no mandato do Conselho de Segurança", disse ele. "Os P5 atribuem a si próprios o papel de detentores de pena, o que dificilmente permite que países africanos não permanentes eleitos iniciem projetos de resolução que afetem a sua região."

Ele disse que o desequilíbrio também era visível na forma como as missões do Conselho de Segurança operam no continente.

"Mesmo as missões do Conselho de Segurança em África não são hoje lideradas por africanos. Como podem as partes em disputa ter confiança numa equipa deste tipo?" ele disse. "Mesmo para a relevância contínua do Conselho de Segurança, este tem de ser reformado para que África possa ter representantes na categoria de assento permanente."

Para Favor Aniezi, um defensor nigeriano da criatividade e da juventude, a questão também é sobre quem tem influência nas decisões que afetam o continente.

"Além da representação, a ausência de África nos assentos permanentes do Conselho de Segurança da ONU é uma questão de saber quem é a voz que molda as decisões que afetam o continente", disse ela à Al Jazeera. "Como jovem nigeriana, penso que é importante que África não esteja apenas presente quando as instituições globais discutem os nossos desafios, mas que tenha um papel significativo na decisão de como esses desafios são abordados. Não devemos simplesmente estar representados à mesa, África deve ter uma voz com peso para influenciar o que acontece nela."

Por enquanto, as questões centrais permanecem por resolver: quantos novos membros permanentes deveriam existir, que países africanos ocupariam os assentos, se receberiam poder de veto e se os membros permanentes existentes aceitariam as mudanças. "Enquanto continuarem a aderir a esta fórmula anacrónica, as reformas serão difíceis de alcançar", disse Gambari.

No discurso do Presidente angolano João Lourenço (que, na prática, fez eco da posição da UA), foi destacado o apoio pleno ao Consenso de Ezulwini e à necessidade de "soluções africanas para conflitos em África", bem como a implementação efetiva da Resolução 2719 do Conselho de Segurança, que deve assegurar financiamento previsível, adequado e sustentável para operações de paz lideradas pela UA e autorizadas pela ONU.

Especialistas em relações internacionais consideram que o discurso do João Lourenço serviu para reafirmar, a partir da tribuna da ONU, posições e preocupações que atravessam o continente africano, com destaque para a defesa do direito internacional, da diplomacia e de uma maior participação de África nas decisões globais.

Reunião de alto nível sobre Mulheres, Paz e Segurança

À margem da AGNU81, a União Africana convocou uma reunião de alto nível sobre Mulheres, Paz e Segurança (*Women, Peace and Security*, WPS), reunindo Sua Majestade a Rainha Mathilde dos Belgas, Mahmoud Ali Youssouf, Presidente da Comissão da União Africana, Prof. François Havyarimana, Ministro da Educação Nacional e Pesquisa Científica do Burundi, representando S.E. Évariste Ndayishimiye, Presidente do Burundi e Presidente *pro tempore* da UA, e Amina Mohammed, Secretária-Geral Adjunta da ONU, para reafirmar o imperativo de garantir a participação plena, igual e significativa das mulheres nos esforços para promover uma solução política para a crise no leste da República Democrática do Congo.

Sua Majestade a Rainha Mathilde sublinhou o papel indispensável das mulheres como agentes de paz, líderes comunitárias e construtoras de confiança. Embora as mulheres e as raparigas sejam desproporcionadamente afetadas pelos conflitos, também estão na vanguarda dos esforços para prevenir a violência, apoiar as comunidades e reconstruir a coesão social. As suas vozes e liderança devem, portanto, refletir-se em todos os processos de paz.

O Presidente Youssouf reafirmou o compromisso da UA com a agenda WPS, em linha com a Agenda 2063, a Resolução 1325 do Conselho de Segurança da ONU, o Protocolo de Maputo e o Plano de Ação Continental. Sublinhou que a participação das mulheres deve ser substantiva e transversal; não periférico ou simbólico, e que o conhecimento, a liderança e as capacidades de mediação das mulheres africanas devem traduzir-se numa influência real e sustentada.

Enfatizou a necessidade de passar dos compromissos políticos para ações concretas, incluindo a garantia da representação das mulheres na mediação e nas negociações, nos mecanismos de monitorização e verificação do cessar-fogo e nas instituições responsáveis pela implementação dos acordos de paz. Ele também destacou a importância de abordar os fatores estruturais do conflito, incluindo a exclusão, a desigualdade e a exploração dos recursos naturais.

O Presidente Youssouf apelou a um maior apoio às mulheres mediadoras e às organizações da sociedade civil, recursos dedicados para a participação efetiva das mulheres e a sua inclusão na implementação, monitorização e verificação dos processos de paz, incluindo os processos Luanda — Nairobi.

Saudou ainda o lançamento do Plano Estratégico 2026-2028 do Gabinete do Enviado Especial da UA para as Mulheres, Paz e Segurança como um passo importante para traduzir os compromissos políticos em ações mensuráveis e reforçar a influência das mulheres nos processos de paz e segurança.

A Secretária-Geral Adjunta da ONU, Amina J. Mohammed, reafirmou o compromisso das Nações Unidas em trabalhar com a UA, a UE e outros parceiros para reforçar a participação significativa das mulheres nos processos de paz e segurança. Ela sublinhou a importância de traduzir os compromissos em resultados mensuráveis e de garantir que as mulheres não só estejam presentes à mesa, mas sejam capazes de moldar as decisões e os resultados.

Representando o Presidente do Burundi e Presidente *pro tempore* da União Africana, o Ministro da Educação reafirmou o compromisso do Burundi em promover a liderança das mulheres na construção da paz e na prevenção de conflitos. A contribuição também destacou a importância de vincular as agendas MPS e Juventude, Paz e Segurança, reconhecendo as mulheres e os jovens como atores indispensáveis na construção de uma paz sustentável.

A reunião também reconheceu a liderança de Angeline Ndayishimiye, primeira-dama do Burundi, no avanço da agenda WPS e no empoderamento das mulheres.

A mensagem era clara: a paz sustentável na região dos Grandes Lagos exige que as mulheres participem de forma significativa e estrutural no processo – desde a mediação e negociação até à implementação, monitorização e verificação.

O evento reuniu mulheres mediadoras, diplomatas, ministros dos Negócios Estrangeiros e enviados especiais e foi moderado pela Embaixadora Liberata Mulamula, Enviada Especial da UA para as Mulheres, Paz e Segurança.

Eventos de alto nível de Chefes de Estado e de Governo à margem da AGNU81

A UA também promoveu, na UNGA81, um evento paralelo de alto nível sobre saúde materno-infantil, com a participação de Chefes de Estado e de Governo, da Comissão da UA e do CDC África, reforçando a prioridade continental à redução da mortalidade materna e infantil e ao fortalecimento dos sistemas de saúde.

Os Chefes de estado e de Governo emitiram um comunicado que a seguir apresentamos na íntegra:

> ***Nós**, Chefes de Estado e de Governo e representantes de alto nível dos Estados-Membros da União Africana, da Comissão da União Africana, dos Centros Africanos de Controlo e Prevenção de Doenças (Africa CDC), bem como representantes dos parceiros de desenvolvimento, participantes no Evento Paralelo de Alto Nível organizado sob a liderança de S. Exª Drª Samia Suluhu Hassan, Presidente da República Unida da Tanzânia e Campeã da União Africana para a Saúde Materna e Infantil;*
>
> ***Recordando** a Decisão AU/Dec.25(XXXIX) da 39ª Sessão Ordinária da Assembleia da União Africana, de fevereiro de 2026, que designou S. Exª Drª Samia Suluhu Hassan como Campeã da União Africana para a Saúde Materna e Infantil, elevando assim a saúde materna, neonatal, infantil e dos adolescentes ao mais alto nível da agenda política e de desenvolvimento do continente;*
>
> ***Recordando ainda** a Agenda 2063 da União Africana, em particular a Aspiração 1 e o Objetivo 3 relativos a cidadãos saudáveis e bem nutridos; o Roteiro de Saúde da UA até 2030 e Além; a Agenda para a Segurança e Soberania Sanitária de África (AHSS); o Plano de Ação de Maputo Revisto; a CARMMA-Plus; e a Estratégia Continental de Imunização, no âmbito dos quais os Três Zeros — Zero Partos Domiciliários, Zero Mortes Maternas e Neonatais Evitáveis e Zero Crianças Não Vacinadas — constituem um compromisso político comum para uma ação acelerada;*
>
> ***Profundamente preocupados** com o facto de África continuar a representar quase 70% das mortes maternas no mundo e quase dois terços (62%) das mortes de crianças menores de cinco anos, quase metade dos nados-mortos a nível mundial e mais de metade das crianças de dose zero, enquanto a maioria dos Estados-Membros da União Africana continua fora da trajetória necessária para alcançar as metas 3.1 e 3.2 dos ODS até 2030;*
>
> ***Tomando nota** das conclusões da avaliação continental do Africa CDC sobre políticas, financiamento e dados de prestação de serviços de saúde reprodutiva, materna, neonatal, infantil e dos adolescentes (SRMNIA) nos 55 Estados-Membros da União Africana — o quadro continental mais completo desta crise alguma vez reunido — conforme apresentado no relatório do Africa CDC sobre as Causas e Determinantes da Mortalidade Materna e Infantil, que demonstra que o principal desafio que África enfrenta hoje já não é a falta de soluções conhecidas, eficazes e acessíveis, mas a incapacidade dos sistemas de saúde de as disponibilizar de forma fiável, equitativa e em escala;*
>
> ***Tomando ainda nota, com preocupação**, de que o financiamento interno insuficiente, a redução da ajuda pública ao desenvolvimento, o espaço orçamental limitado e a fragmentação do financiamento, agravados pela fraca tradução das prioridades nacionais em dotações orçamentais, desembolsos atempados e prestação de serviços na linha da frente, continuam a comprometer uma cobertura sustentável e equitativa dos serviços essenciais de saúde, sobretudo*

para mulheres, recém-nascidos, crianças e adolescentes em contextos de elevada carga, mal servidos, frágeis e de difícil acesso;

Afirmando *que a saúde reprodutiva, materna, neonatal, infantil e dos adolescentes constitui um teste decisivo da soberania sanitária de África, do seu capital humano e do desenvolvimento sustentável; que a soberania sanitária deve, em última instância, ser medida pelo acesso fiável e atempado de cada mulher, recém-nascido, criança e adolescente africano a cuidados de qualidade; e que o progresso rumo aos Três Zeros proporcionará simultaneamente um capital humano mais forte hoje e sistemas de saúde mais resilientes e soberanos amanhã;*

Afirmando ainda *que o avanço da sobrevivência materna, neonatal e infantil deve igualmente refletir a visão de África para uma arquitetura mundial da saúde reformada, no âmbito da Agenda AHSS, na qual os Estados-Membros exerçam maior apropriação das suas prioridades de saúde, as instituições africanas desempenhem um papel reforçado de coordenação e facilitação, e as instituições mundiais e os parceiros alinhem o seu financiamento e apoio com prioridades determinadas a nível nacional e continental;*

Em resposta direta aos objetivos definidos para este Evento Paralelo de Alto Nível — elevar a emergência silenciosa das mortes maternas, neonatais e infantis evitáveis, mobilizar ações concretas lideradas pelos países e galvanizar parcerias alinhadas em torno do Roteiro da Campeã da UA para a SRMNIA — ***nós,*** *Chefes de Estado e de Governo e representantes de alto nível dos Estados-Membros da União Africana, comprometemo-nos a:*

I. *Elevar e manter a atenção política sobre a emergência silenciosa das mortes maternas e infantis evitáveis. Comprometemo-nos a manter a saúde reprodutiva, materna, neonatal, infantil e dos adolescentes, incluindo os Três Zeros, como prioridade permanente e inegociável nas agendas nacionais e continentais; a utilizar evidências validadas geradas pelos nossos próprios países e dados de desempenho para identificar desigualdades e estrangulamentos; e a assegurar que mortes maternas e neonatais evitáveis desencadeiem revisão, ação corretiva e seguimento.*

II. *Mobilizar ações concretas, lideradas pelos países e financiadas internamente, rumo aos Três Zeros. Comprometemo-nos a traduzir a atenção política em resultados concretos e mensuráveis, aumentando progressiva e sustentadamente o financiamento interno; melhorando a priorização, execução e responsabilização orçamental; complementando os recursos internos com financiamento externo alinhado; investindo em planos de SRMNIA de apropriação nacional e prontos para implementação; e transformando os cuidados de saúde primários na principal plataforma de prestação de serviços de SRMNIA equitativos, integrados e de qualidade, incluindo sistemas comunitários de saúde robustos, redes de referência e cuidados de emergência.*

III. *Em conformidade com o princípio de que os Estados-Membros lideram, as instituições africanas coordenam e facilitam, e os parceiros se alinham e apoiam, mobilizar e alinhar os parceiros com as prioridades nacionais, com clara responsabilização. Comprometemo-nos a mobilizar recursos complementares e assistência técnica dos parceiros em apoio a planos e sistemas de apropriação nacional; a reduzir a fragmentação e a implementação paralela; e a acompanhar compromissos, financiamento, prontidão dos serviços e resultados através de mecanismos nacionais e do Quadro de Resultados e Painel Continental de SRMNIA, elevando os obstáculos não resolvidos para ação técnica ou política.*

IV. *Prestar contas e ser responsabilizados ao mais alto nível político. Comprometemo-nos a apresentar anualmente à Assembleia da União Africana, pelos canais apropriados, os progressos nacionais rumo aos Três Zeros, utilizando o Quadro de Resultados e Painel Continental de*

SRMNIA; e a convocar uma revisão bienal ao nível dos Chefes de Estado, presidida pela Campeã da União Africana para a Saúde Materna e Infantil, para avaliar o progresso coletivo, identificar estrangulamentos persistentes e ajustar a resposta continental.

Apelamos aos nossos parceiros — OMS, UNFPA, UNICEF, Gavi, STBF, Fundação Gates, Fundo Global, KCA, GLN, PMNCH e todos os parceiros atuais e futuros — para que se alinhem com esta agenda continental e:

***V.** Alinhem o financiamento, a assistência técnica e a inovação com prioridades de SRMNIA de apropriação nacional e prontas para implementação, orçamentos nacionais, sistemas de prestação e necessidades subnacionais, em vez de iniciativas paralelas ou fragmentadas;*

***VI.** Disponibilizem recursos previsíveis, flexíveis e de longo prazo que complementem e reforcem o financiamento interno sustentável, melhorem a proteção financeira e traduzam compromissos em financiamento atempado e prestação eficaz de serviços na linha da frente;*

***VII.** Reforcem as capacidades de prestação e de soberania sanitária de África, incluindo a força de trabalho e os sistemas comunitários, os mecanismos de referência e a prontidão dos serviços, a transformação digital, a segurança dos produtos de saúde, a aquisição conjunta e o acesso a produtos de SRMNIA de qualidade fabricados em África através dos mecanismos continentais pertinentes, incluindo o Mecanismo Africano de Aquisição Conjunta (APPM), a Plataforma para a Fabricação Harmonizada de Produtos de Saúde em África (PHAHM), a Agência Africana de Medicamentos (AMA) e, conforme pertinente, o Acelerador da Fabricação de Vacinas em África (AVMA);*

***VIII.** Reforcem os sistemas nacionais de dados, vigilância da mortalidade, monitorização e responsabilização, incluindo a Vigilância e Resposta às Mortes Maternas e Perinatais (MPDSR) e a utilização pelos países do Quadro de Resultados e Painel Continental de SRMNIA, utilizando plataformas nacionais existentes e evitando encargos adicionais de reporte paralelo.*

Reafirmamos, por conseguinte, a nossa determinação coletiva de tornar excecionais em toda a África as mortes maternas, neonatais e infantis evitáveis; de traduzir os Três Zeros de compromissos políticos em resultados mensuráveis para cada comunidade; e de fazer da sobrevivência e do bem-estar das mulheres e crianças de África uma medida determinante da soberania sanitária do nosso continente.

Adotado em Nova Iorque, aos 23 de setembro de 2026.

Endossado por representantes dos Estados-Membros da União Africana: Argélia; Angola; Benim; Botsuana; Burundi; Cabo Verde; República Centro-Africana; Chade; Comores; Costa do Marfim; Djibuti; República Democrática do Congo; Egito; Guiné Equatorial; Eswatini; Etiópia; Gabão; Gâmbia; Gana; Guiné; Guiné-Bissau; Quénia; Lesoto; Libéria; Líbia; Madagáscar; Malawi; Moçambique; Namíbia; Nigéria; Ruanda; Senegal; Seicheles; Serra Leoa; Somália; África do Sul; Sudão do Sul; Sudão; Tanzânia; Togo; Uganda; Zâmbia; Zimbabué.

Endossado por representantes dos órgãos da União Africana e das Comunidades Económicas Regionais: Comissão da União Africana; CDC África; Comunidades Económicas Regionais (CER).

testemunhado pelos nossos parceiros: Instituições das Nações Unidas e multilaterais: UNFPA, UNICEF, OMS; Instituições de financiamento e prestação da saúde mundial: Gavi, Fundo

Global; Parceiros filantrópicos e financeiros: STBF (*Susan Thompson Buffett Foundation*), Fundação Gates, KCA (*Keep a Child Alive*); Plataformas globais de liderança e parceria: GLN (*Global Leaders Network for Women's, Children's and Adolescents' Health*) e PMNCH (*Partnership for Maternal, Newborn & Child Health*).

Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental – CEDEAO

Os Diretores das Instituições e Agências da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) reuniram-se em final de setembro, em Lagos, na Nigéria, para alinhar e finalizar o seu Quadro de Despesas de Médio Prazo (QDMP) para o período 2027–2029 com as prioridades estratégicas do mandato 2026–2030, antes da análise e aprovação do Orçamento-Programa para 2027.

Os trabalhos foram oficialmente inaugurados e prestigiados pelo Vice-Presidente da Comissão da CEDEAO, Oluwatosin Anthony Ogunjimi, em representação do General Birame DIOP, Presidente da Comissão da CEDEAO.

No seu discurso de boas-vindas, o Vice-Presidente da Comissão da CEDEAO esclareceu que as prioridades estratégicas da nova gestão não substituem nem a Visão 2050 da CEDEAO nem o Quadro Estratégico Comunitário 2023–2027. O seu objetivo é, antes, concentrar a atenção nos resultados que deverão ser acelerados durante o período 2026–2030, posicionando simultaneamente o ano de 2026 como um período de transição e redefinição de prioridades e o ano de 2027 como o primeiro ano completo de implementação.

Na sua perspetiva, o Quadro de Despesas de Médio Prazo (QDMP) deve ser mais do que uma simples compilação de propostas ou uma lista de atividades prioritárias. Deve evidenciar as ações identificadas, os resultados esperados, os recursos necessários e o calendário de implementação para o período 2027–2030. Daí a necessidade de proceder a uma análise coletiva das intervenções propostas, identificar áreas de colaboração, entidades líderes e entidades contribuintes, eliminar duplicações e fragmentações e direcionar os recursos limitados para intervenções que ofereçam maior valor acrescentado regional e maior potencial de impacto.

"Devemos igualmente respeitar as obrigações estatutárias, os compromissos legais e os programas em curso que se revelem mais eficazes. As novas propostas devem, por conseguinte, ser analisadas à luz dos limites de recursos disponíveis, das capacidades de implementação e do custo de oportunidade associado aos compromissos já existentes ", afirmou o Vice-Presidente Ogunjimi.

Os trabalhos resultaram:

- no alinhamento estratégico efetivo;
- na definição de prioridades;
- no reforço da harmonização e da colaboração;

- ❖ na elaboração de um quadro de despesas credível e devidamente orçamentado;
- ❖ na preparação de um plano de trabalho para 2027 assente em planos realistas de aquisição e desembolso, indicadores de desempenho e metas claramente definidos, mecanismos claros de responsabilização, bem como um calendário consensualizado para o acompanhamento e a apresentação de relatórios.

Estratégias 2026-2030

Contexto, desafios e necessidade de um novo impulso

A entrada em funções da nova Administração da Comissão da CEDEAO para o período 2026–2030 ocorre num momento particularmente decisivo para o futuro da integração da África Ocidental. A Comunidade enfrenta um conjunto de desafios de natureza política, securitária, económica, humanitária e geopolítica, com profundas implicações para a sua estabilidade, o aprofundamento do processo de integração e a promoção de um desenvolvimento sustentável e inclusivo. As atuais clivagens no seio do espaço comunitário, as transições políticas resultantes de mudanças inconstitucionais de Governo, o crescente distanciamento de alguns Estados-Membros em relação à CEDEAO, a persistência da ameaça terrorista e a reconfiguração dos equilíbrios geopolíticos internacionais impõem à Comunidade a necessidade de adaptar a sua governação, reforçar os seus mecanismos institucionais e ajustar os seus métodos e instrumentos de ação às novas realidades regionais e internacionais.

Neste contexto, a prioridade não poderá limitar-se à preservação dos ganhos alcançados. Deverá, antes, centrar-se, entre outros aspetos, na restauração da confiança, na consolidação da unidade regional e na revitalização do projeto comunitário, conciliando três imperativos fundamentais: reforçar a integração e a unidade regionais, assegurar o respeito pela igualdade soberana dos Estados e responder de forma mais eficaz às aspirações das populações.

Esta abordagem deverá ser acompanhada por uma aceleração da implementação dos principais eixos do processo de integração regional, designadamente nos domínios da segurança coletiva, da governação democrática e do Estado de Direito, da implementação do Eco, do desenvolvimento das infraestruturas regionais, do reforço da soberania alimentar, da transformação digital, da livre circulação de pessoas, bens e serviços, bem como da mobilização de recursos para o financiamento das prioridades comunitárias.

Uma CEDEAO com forte potencial de crescimento

A reflexão sobre o futuro da CEDEAO não deverá, contudo, limitar-se aos desafios que atualmente se colocam. Para além das crises e das profundas transformações em curso, a região dispõe de fundamentos estruturais e de potencialidades significativas que a posicionam como um dos espaços com maior capacidade de transformação nas próximas décadas.

A CEDEAO dispõe de importantes vantagens estratégicas, designadamente uma população de várias centenas de milhões de habitantes, maioritariamente jovem, um vasto mercado regional, recursos naturais e energéticos consideráveis, um significativo potencial agrícola, uma posição marítima de elevada relevância estratégica, centros urbanos dinâmicos,

uma diáspora particularmente expressiva e uma localização geográfica privilegiada, no cruzamento de importantes fluxos económicos mundiais.

A **juventude da população** constitui, simultaneamente, um desafio em matéria de educação, formação e emprego, e uma oportunidade ímpar para o desenvolvimento, a inovação e a industrialização. Neste contexto, a valorização do capital humano, com particular atenção à juventude e às mulheres, deverá assumir-se como uma das prioridades estratégicas de longo prazo da Comunidade.

A esta dinâmica demográfica acresce a abundância dos **recursos naturais e energéticos** da região. A sua valorização, transformação local e o desenvolvimento de cadeias de valor regionais constituem uma importante oportunidade para aumentar o valor acrescentado gerado no espaço comunitário e promover uma maior integração das economias dos Estados-Membros.

A **posição geográfica** da CEDEAO constitui igualmente um ativo estratégico de elevada relevância. Com doze Estados-Membros dotados de fachada marítima, a Comunidade beneficia de uma abertura privilegiada para o Atlântico e ocupa uma posição de importância no cruzamento de fluxos comerciais que ligam a África, a Europa e as Américas. Esta realidade oferece oportunidades significativas para o aprofundamento da cooperação e da integração regional nos domínios do comércio, das infraestruturas portuárias, da logística, da pesca, da energia *offshore* e da economia azul.

Paralelamente, a **rápida urbanização** e a emergência de **grandes metrópoles** regionais contribuem para a formação de um mercado de dimensão considerável. O aprofundamento do mercado comunitário, a livre circulação, a redução dos entraves ao comércio e o desenvolvimento das infraestruturas poderão, assim, converter a dinâmica demográfica numa importante vantagem económica para a região.

O desafio estratégico consiste, por conseguinte, em transformar as potencialidades individuais dos diferentes Estados-Membros numa força coletiva, capaz de reforçar o peso da Comunidade nos equilíbrios económicos e geopolíticos do continente e do mundo. Esta ambição está plenamente alinhada com a Visão 2050 da CEDEAO, que preconiza a construção de uma Comunidade plenamente integrada, pacífica, próspera, inclusiva e dotada de instituições fortes.

Estratégicas para 2026–2030

A Visão 2050 da CEDEAO, "*Uma CEDEAO dos Povos: Paz e Prosperidade para Todos*", continua a constituir o principal referencial político desta nova fase, a que se junta o Pacto sobre o Futuro da Integração Regional na África Ocidental. A sua credibilidade dependerá, contudo, da capacidade de traduzir os seus compromissos e orientações em resultados concretos, tangíveis e perceptíveis pelas populações. As decisões da 69ª Sessão da Conferência dos Chefes de Estado e de Governo constituem igualmente, em larga medida, uma importante linha orientadora da ação da Comunidade.

- **Paz, segurança e autonomia estratégica regional**

A segurança constitui a condição primordial para a concretização de qualquer ambição de desenvolvimento e de integração regional. Esta ambição deverá ser acompanhada por uma

abordagem abrangente e integrada, que contemple a prevenção de conflitos, o reforço das capacidades de informação e análise, o controlo das fronteiras, o combate aos tráficos ilícitos e o reforço da cooperação marítima. A CEDEAO deverá igualmente continuar a reforçar os seus mecanismos de mediação, prevenção e resolução de crises. No curto prazo, a prioridade deverá centrar-se na operacionalização da Brigada Regional de Luta contra o Terrorismo em 2027, bem como no subsequente reforço da Força em Estado de Alerta. Neste âmbito, caberá à Comissão envidar os esforços necessários para superar os constrangimentos de natureza organizacional, logística, financeira e política que possam dificultar a implementação da decisão adotada pelos Chefes de Estado e de Governo.

- **Diálogo regional e relações com a AES**

No atual contexto de reconfiguração do espaço da África Ocidental, a CEDEAO deverá privilegiar uma abordagem assente no diálogo, na proximidade e no pragmatismo, procurando assegurar que as divergências de natureza institucional e política não evoluam para uma clivagem duradoura entre os diferentes espaços que compõem a região. Neste quadro, as relações com a Aliança dos Estados do Sahel (AES) deverão continuar a ser abordadas numa perspetiva de preservação dos interesses comuns e de manutenção de canais de diálogo e comunicação política.

Deverá ser dada particular atenção aos domínios em que a interdependência regional permanece significativa, nomeadamente o comércio, a mobilidade de pessoas e bens, as infraestruturas, os transportes, a energia, a agricultura e a gestão dos recursos transfronteiriços, numa primeira fase, em conformidade com a orientação preconizada pelo Negociador-Chefe da CEDEAO. Numa segunda fase, o diálogo entre a CEDEAO e a AES poderá igualmente abranger questões relacionadas com a paz e a segurança, o combate ao terrorismo e a criminalidade transfronteiriça.

O objetivo não deverá consistir em procurar alcançar uma uniformidade institucional imediata, mas sim em preservar as condições necessárias para uma futura convergência regional, salvaguardando os laços históricos, humanos, culturais, económicos e geográficos que unem os povos da África Ocidental.

Esta abordagem permitirá à CEDEAO manter-se como um espaço aberto ao diálogo e à procura de soluções concertadas, capaz de superar as clivagens conjunturais e de preservar, a longo prazo, as perspetivas de construção de uma Comunidade da África Ocidental mais integrada, estável e próspera.

- **Novo impulso ao processo de integração monetária**

A implementação do **Eco** deverá prosseguir de forma pragmática e gradual, procurando evitar que o projeto de integração monetária se converta numa nova fonte de divergências no seio da Comunidade.

O objetivo deverá consistir na construção progressiva de um espaço monetário credível, estável e economicamente sustentável. Neste sentido, a Comissão deverá apoiar a abordagem gradual preconizada pelos Chefes de Estado e de Governo, contribuindo para a criação das condições necessárias à concretização efetiva do lançamento do Eco.

❖ **Infraestruturas e integração física**

Os corredores Abidjan–Lagos e Abidjan–Dakar–Praia deverão, nomeadamente, ser considerados infraestruturas estratégicas prioritárias para o reforço da soberania económica e da integração regional.

O desenvolvimento coordenado dos setores dos transportes, da energia, da água e das infraestruturas digitais deverá contribuir para a redução dos custos logísticos, o reforço da conectividade regional e a dinamização do comércio intrarregional. Deverá ser conferida particular atenção à promoção e ao desenvolvimento do comércio intrarregional, enquanto um dos principais motores do crescimento económico, da integração dos mercados e do desenvolvimento sustentável da região.

❖ **Soberania alimentar e transformação do setor agrícola**

A segurança alimentar deverá afirmar-se como um dos pilares fundamentais da soberania regional. A aceleração da implementação do Roteiro Regional para o Arroz deverá ser acompanhada por uma estratégia abrangente orientada para o desenvolvimento das cadeias de valor agrícolas, o reforço das capacidades de armazenamento e transformação, o acesso ao financiamento e a facilitação da circulação dos produtos agrícolas no espaço comunitário.

A adoção de uma política agrícola comum durante o novo mandato deverá constituir um objetivo estratégico de particular relevância. Esta orientação deverá contribuir para reduzir a dependência alimentar externa e para afirmar o setor agrícola como um dos principais motores do crescimento económico, da criação de emprego e do desenvolvimento sustentável da região.

❖ **Transformação digital e cibersegurança**

A transformação digital constitui um importante vetor transversal de modernização da Comunidade. A digitalização progressiva dos procedimentos, a interoperabilidade dos sistemas e a promoção de soluções digitais destinadas a facilitar as trocas e transações poderão contribuir significativamente para reforçar a dinâmica do processo de integração regional. Esta transformação deverá ser acompanhada por uma política regional ambiciosa em matéria de cibersegurança.

❖ **Governação financeira e autonomia na mobilização de recursos**

Nenhuma ambição política poderá ser sustentável a longo prazo sem uma adequada autonomia financeira. A regularização dos montantes em atraso relativos à Taxa Comunitária, estimados em cerca de 873 milhões de dólares, constitui uma prioridade imediata para a CEDEAO. Paralelamente, deverá prosseguir o processo de diversificação das fontes de financiamento, nomeadamente através do reforço da participação do setor privado, do desenvolvimento de parcerias público-privadas e da criação de novos instrumentos de financiamento, tendo em conta o contexto de redução progressiva dos apoios financeiros externos. Neste âmbito, a Comissão deverá envidar esforços no sentido de explorar e conceber mecanismos inovadores de financiamento, a serem submetidos à apreciação e aprovação dos Estados-membros, com vista ao financiamento de grandes projetos estruturantes e prioritários para a Comunidade. Entre as possibilidades a explorar, incluem-se os fluxos financeiros provenientes da diáspora, a exportação de determinadas matérias-primas não transformadas, a contribuição das empresas abrangidas pelo Regime de Liberalização do Comércio da CEDEAO,

a participação das grandes empresas do setor digital, bem como o acesso a fundos climáticos e outros mecanismos de financiamento sustentável. O objetivo deverá consistir em reforçar progressivamente a autonomia financeira da Comunidade e a sua capacidade de mobilizar, de forma previsível e sustentável, os recursos necessários à concretização das suas prioridades estratégicas.

- **Governação inclusiva e paridade**

A credibilidade do processo de integração passa igualmente pela sua capacidade de refletir a diversidade das sociedades da África Ocidental. A participação das mulheres nas instituições comunitárias deverá ser reforçada de forma progressiva, tendo em vista a concretização gradual do princípio da paridade.

A juventude deverá igualmente ser mais estreitamente associada à definição e à implementação das políticas comunitárias, enquanto parte integrante das forças vivas da região e do seu futuro. Ao longo do presente mandato, será fundamental reforçar a representação e a participação das mulheres no seio da Comissão e das instituições comunitárias, em consonância com o espírito e as orientações consagrados na Declaração Presidencial.

- **Projeção regional e parcerias estratégicas**

A CEDEAO deverá continuar a afirmar e a reforçar o seu papel diplomático, bem como a sua influência nos espaços africano e internacional. Neste quadro, deverá ser conferida particular atenção ao reforço das relações com a UEMOA, a União do Rio Mano, a OMVS, a OMVG, o Conselho da Entente e as demais organizações regionais.

A cooperação com os Estados vizinhos deverá igualmente ser aprofundada nos domínios de interesse comum, nomeadamente em matéria de segurança marítima no Golfo da Guiné, de prevenção e combate ao terrorismo e de luta contra a criminalidade transfronteiriça no Sahel e na bacia do Lago Chade.

Por fim, as parcerias internacionais deverão ser reforçadas e diversificadas, numa perspectiva de defesa dos interesses regionais, mobilização de investimentos, transferência de tecnologias e reforço das capacidades.

Governação interna da Comissão

O êxito desta nova etapa do processo de integração regional exige uma renovação da cultura de governação comunitária, assente numa abordagem mais consensual, inclusiva e orientada para os resultados.

A liderança da Comissão deverá assentar em quatro princípios orientadores: a igualdade soberana dos Estados, o diálogo permanente, a continuidade institucional e o sentido de serviço à Comunidade. A ação comunitária deverá procurar assegurar um equilíbrio constante entre o interesse regional e os interesses legítimos dos Estados-membros, no pleno respeito pela sua soberania e pelas respetivas especificidades nacionais. A continuidade institucional deverá igualmente ser preservada através de uma melhor capitalização dos ganhos e dos ensinamentos dos anteriores mandatos, bem como da valorização da experiência e dos conhecimentos

especializados acumulados no seio da Comunidade, nomeadamente mediante a mobilização dos antigos responsáveis e quadros da CEDEAO.

Esta dinâmica deverá ser sustentada pelo reforço da governação interna da Comissão, através de uma maior disciplina financeira, da racionalização dos procedimentos, do aperfeiçoamento do acompanhamento e avaliação, do reforço da responsabilização das estruturas, da modernização da comunicação institucional e de uma gestão mais estratégica dos recursos humanos.

O capital humano deverá, assim, ser considerado um dos principais ativos institucionais da Comunidade, ao serviço de uma Comissão mais eficaz, mais credível e cada vez mais orientada para a concretização efetiva dos objetivos de integração.

Com vista à concretização desta visão da Administração, o Presidente da Comissão convidará solenemente todo o pessoal da Comissão, de todas as categorias, a celebrar um pacto de responsabilidade assente nos seguintes valores e princípios:

Valores e princípios da CEDEAO	
Espírito de família	Uma família CEDEAO unida, mais forte na sua união
Positividade	Uma cultura de abertura, de procura de soluções e de impacto
O serviço acima de si próprio	As populações em primeiro lugar, sempre
Cada um fará a sua parte	Uma responsabilidade partilhada em prol de uma CEDEAO mais forte
Eu sou porque tu és	A nossa força reside uns nos outros
Respeito incondicional	Povos diversos, um destino comum
Solidariedade regional	Juntos somos mais fortes para construir uma região resiliente
Dignidade para todos	Um crescimento inclusivo, que não deixe ninguém para trás
Melhoria contínua	Uma instituição que aprende, evolui e produz resultados
Tolerância e paciência	Construir a confiança através da nossa diversidade

Com base nestes princípios e valores, será elaborada uma carta intitulada "*Os nossos compromissos comuns para o período 2026–2030*", que será submetida à assinatura de todo o pessoal da Comissão.

Perspetiva 2050: relançamento e crescimento coletivo

O período 2026–2030 deverá ser considerado uma etapa de preparação do futuro, tendo em vista o horizonte 2050. A CEDEAO dispõe de diversos fatores suscetíveis de sustentar um crescimento forte e duradouro, nomeadamente a dinâmica demográfica, a juventude da população, a urbanização, os recursos naturais e energéticos, o potencial agrícola, as infraestruturas, o digital, o comércio e a sua posição geográfica. Várias economias da região, nomeadamente a Nigéria, dispõem, além disso, de um considerável potencial de progressão na hierarquia económica mundial.

A questão estratégica consiste, por conseguinte, em transformar o crescimento das economias nacionais num efeito de dinamização regional e em passar progressivamente de uma simples agregação de economias nacionais para a constituição de um verdadeiro polo económico integrado.

A ambição de uma CEDEAO que, no horizonte 2050, se situe entre os grandes polos da economia mundial deverá, assim, ser encarada como uma perspetiva estratégica, assente nas suas potencialidades demográficas, económicas e geográficas. A sua concretização pressupõe, nomeadamente, a estabilidade política, a segurança, infraestruturas eficientes, um mercado comum efetivo, a livre circulação, a industrialização, a transformação local dos recursos, a segurança energética e alimentar, a revolução digital, o investimento no capital humano e o reforço da governação.

Nesta perspetiva, as dificuldades atualmente enfrentadas poderão igualmente constituir uma oportunidade para promover reformas. Estas circunstâncias convidam a uma reflexão sobre as modalidades de integração, com vista à construção de uma CEDEAO mais ágil, mais inclusiva, mais próxima dos Estados-membros e dos povos, mais orientada para os resultados e mais apta a responder às transformações geopolíticas contemporâneas.

O mandato 2026–2030 deverá, assim, afirmar-se como uma etapa de relançamento e consolidação do projeto de integração regional. Deverá contribuir para restaurar a confiança, preservar a unidade do espaço da África Ocidental, manter o diálogo com os países da AES, acelerar a implementação dos projetos estruturantes e investir na juventude e no capital humano.

Em última análise, a África Ocidental não carece de recursos, de talentos, de mercados nem de vantagens geográficas. O seu futuro dependerá da sua capacidade de transformar estas potencialidades nacionais numa força coletiva, integrada e sustentável.

A ambição da CEDEAO consiste em construir progressivamente "*uma Comunidade dos Povos plenamente integrada, pacífica e próspera, dotada de instituições fortes, respeitadora das liberdades fundamentais e empenhada num desenvolvimento inclusivo e sustentável*".

O mandato 2026–2030 deverá lançar os alicerces desta ambição e contribuir para fazer da integração regional não apenas um projeto institucional, mas também um verdadeiro instrumento de paz, prosperidade e afirmação coletiva, ao serviço dos povos da África Ocidental.